



REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM TURISMO

## O IMAGINÁRIO DA CARTA DE CAMINHA E SUA APROPRIAÇÃO PELO TURISMO

### CAMINHA'S LETTER IMAGINARY AND TOURISM EXPROPRIATION

### EL IMAGINARIO SOBRE LA CARTA DE CAMINHA Y SU APROPIACIÓN POR PARTE DEL TURISMO

*Isabel Maria de Jesus Pacheco<sup>1</sup>*

**Resumo:** A presente pesquisa parte da hipótese de que o imaginário na Carta de Caminha interfere hoje na mentalidade e identidade cultural dos grupos locais da Bahia e, em especial, é utilizado de forma hegemônica pelas propagandas turísticas realizadas na Costa do Descobrimento. Estas propagandas não consideram a diversidade das visões dos grupos, suas diferenças e conflitos sociais, suas lutas por melhores condições de vida, nem a expropriação histórica sofrida pelos mesmos.

**Palavras chave:** Turismo. Imaginário. Carta de Caminha. Propaganda.

**Abstract:** The hypothesis for this research is that [Pero Vaz] Caminha's letter at present interferes in Bahia's locals mentality and identity and it has been used in an hegemonic way by tourism propaganda in Costa do Descobrimento (Discovery Shore). Propaganda pieces don't consider diversity, differences and social conflicts among groups, their struggle for better life conditions or the historic expropriation they have suffered from.

**Keywords:** Tourism. Imaginary. Caminha's letter. Propaganda.

**Resumen:** Esta investigación parte de la hipótesis de que el imaginario de la Carta de [Pero Vaz] Caminha influye actualmente en la mentalidad y la identidad cultural de los grupos locales de Bahía y, en especial, es utilizado de forma hegemónica por las propagandas turísticas realizadas en la Costa del Descubrimiento. Estas propagandas no consideran la diversidad de visiones de los grupos, sus diferencias y conflictos

---

<sup>1</sup> Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz e Universidade Federal da Bahia; Especialista em História do Brasil pela Universidade Estadual de Feira de Santana e em História Regional pela Universidade Católica de Salvador; Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba. Professora do curso de graduação em História na Universidade Estadual de Santa Cruz (Bahia, Brasil). Email: bel\_pacheco@yahoo.com.br

sociales, sus luchas por mejores condiciones de vida ni la expropiación histórica que han sufrido.

**Palabras clave:** Turismo. Imaginario. Carta de Caminha. Propaganda.

## Introdução

*Isto tomávamos nós nesse sentido,  
por assim o desejarmos.  
Pero Vaz de Caminha*

Reforçadas pelo *marketing* regional, as imagens da Carta ainda são percebidas no sul da Bahia associadas às manifestações culturais, turísticas e à visão identitária regional. Os quadros referenciais da mentalidade dos portugueses (imbricados aos dos indígenas e africanos), influenciaram na formação de uma sociedade brasileira multicultural. Até pouco tempo, as análises se dedicavam à predominância da influência do colonizador português na formação do povo brasileiro. Mais recentemente tem sido enfatizada a importância dos valores culturais indígenas e, especialmente, africanos como matrizes de maior influência no perfil social e cultural brasileiro.

Os grupos envolvidos com o turismo local insistem na manutenção das imagens herdadas dos europeus e escamoteiam as mudanças e os equívocos de sentido que essas imagens impõem. Os símbolos e imagens mentais reafirmam as sensações do paradisíaco, povoam as mentalidades projetando uma tendência de formatar, espetacularmente, a cultura para oferecê-la como produto turístico. Com base nessa constatação, a pesquisa objetiva analisar o imaginário da Carta de Pero Vaz de Caminha e as manifestações culturais e turísticas a ela relacionadas, bem como, pontuar alguns dos impactos socioculturais provocados por esse imaginário na região da Costa do Descobrimento.

Toma-se, para a análise interpretativa da Carta de Caminha, a edição atualizada por Henrique Campos Simões (1999) e para ilustrar, os exemplos das publicações do *marketing* turístico, que fomentam a indústria do turismo na região da Costa do Descobrimento, além de observações empíricas. *Marketing* aqui é entendido no seu sentido amplo, como orientação e

organização da gestão de uma empresa ou do perfil de um produto que se quer vender. O objetivo das técnicas de *marketing* é que o empreendimento receba retorno lucrativo à medida que satisfaça o cliente (COBRA, 1991). Utilizou-se a propaganda como exemplo de uma das técnicas de *marketing*, que é a publicidade. O *marketing* do destino turístico Costa do Descobrimento mostra tendência de formatar o seu produto turístico utilizando o imaginário paradisíaco da Carta de Caminha como forma de atrair e satisfazer o visitante.

O primeiro documento, a Carta, é diretamente produzido no contexto do discurso narrativo, deixando vaziar as tradicionais idéias de uma latente expectativa por encontrar o paraíso na terra e dele usufruir. O segundo, as propagandas, produzidas em linguagem jornalística, documental ou midiática, retratam a exploração das mesmas imagens expressas na Carta como forma de atrair visitantes para fruir do paraíso encontrado, com lucros, evidentemente, para os que exploram os segmentos a serviço desse usufruto. Os documentos selecionados serão tratados levando-se em conta suas especificidades e sua utilização pelo turismo, não seu valor literário ou dos discursos midiáticos, mas a apropriação e o tratamento das imagens de suas narrativas.

O entendimento do imaginário situa-se no âmbito da Nova História (NORA; LE GOFF, 1995), que focaliza os novos objetos, novos problemas e novas abordagens e é aplicado aqui à Carta de Caminha na percepção de que não só os fatos políticos e registros oficiais podem proporcionar a apreensão do processo histórico, mas também as representações mentais e simbólicas que fazem parte de uma determinada época. O imaginário investigado sob o olhar da História Nova pressupõe fazer novas perguntas ao mesmo e antigo documento, buscando entender a rede complexa das mentalidades e as representações coletivas (PESAVENTO, 1997). Mais que apenas pontuar o imaginário na Carta de Caminha, lança-se o olhar na extensão das construções e representações resistentes que ainda se projetam nas próprias visões do presente, como, por exemplo, no *marketing* turístico da região sul da Bahia.

Vale esclarecer alguns termos que são utilizados neste artigo, a saber: o sentido de *representação*, aqui, é o da interpretação e das configurações intelectuais da realidade, construídas por diferentes grupos sociais (VAINFAS, 1997). São idéias de coisas concretas ou abstratas que circulam no campo da cultura coletiva como referência da realidade percebida (TRINDADE, 1997). Interessa o conceito de representações como referenciais significativos, dos quais se serve a mente para vislumbrar a realidade. Os *simbolismos* estão inseridos nas representações mentais e serão tomados aqui como elementos contidos no imaginário.

Ao tratar do *imaginário*, o entendimento é de criação incessante e essencialmente indeterminada, conforme diz Castoriadis (2000. p. 13).: "O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de "alguma coisa". Aquilo que denominamos "realidade" e "racionalidade" são seus produtos" Por *realidade* compreende-se uma leitura individual ou coletiva, sendo, portanto, uma construção de um dado momento. O conceito não descarta de que tal como a palavra "mentalidade", a palavra "imaginário" apresenta-se com um certo grau de indefinição que lhe confere uma parte do seu valor epistemológico, já que, assim, permite atravessar fronteiras e escapar às fragmentações. "É um conceito libertador, um instrumento que abre portas e janelas e nos leva a outras leituras, não mascaradas pelos rótulos convencionais das perigosas divisões da história" (NORA; LE GOFF, 1995, p. 31). De definição difícil, porém não inconsistente, acrescenta-se a observação complementar de que o imaginário é entendido como conjunto de todas as representações de experiências de todos os grupos sociais de cada cultura, de cada sociedade (LE GOFF, 2001).

É mister, ainda, definir o significado dos termos *sustentabilidade*, *cultura* e *turismo*. Partindo do pressuposto de que não existe turismo sem agressão ao meio ambiente, à cultura, às suas manifestações e até à formação da identidade, um dilema se estabelece entre as posturas de um turismo

agressivo ou de um planejamento turístico que tente minimizar os impactos negativos. O estudo parte da premissa de que um turismo alternativo viável pode ser apoiado em estudos sob a perspectiva da *sustentabilidade*, aspecto importante numa atitude de preservação dos bens simbólicos. Felix Guattari (2001) sustenta que o processo de sobrevivência de uma sociedade requer repensar os valores no sentido de reorientar as atividades para direção e finalidades mais humanas e orientadas para uma responsabilidade e uma gestão mais coletivas. A concepção de sustentabilidade de Guattari desenvolve a articulação ético política entre as três ecologias: do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana.

*Cultura* compreende-se sob o foco de identidade cultural e do lugar de pertencimento e, ainda, como todas as vivências das dinâmicas humanas (HALL, 2001). Embora se reconheça o processo de mudança pelo qual passam as concepções sobre identidade cultural, o estudo opta pelo entendimento do *hibridismo*, na acepção que lhe dispensa García Canclini (2000), como fusão entre diferentes. Tal compreensão explica o atravessamento do imaginário dos colonizadores na visão do senso comum entre os grupos ou pessoas ligadas ao *marketing* turístico e às atividades culturais da Costa do Descobrimento.

Sobre o conceito de *turismo*, entende-se toda atividade social e econômica que inclua viagens, negócio ou lazer e consumo de bens e serviços para satisfação das necessidades básicas e secundárias dos viajantes (LAGE; MILONE, 2000). Associado ao conceito de cultura, *turismo cultural* seria a combinação das manifestações autênticas do local ou da região, com serviços e infraestrutura para sua apresentação, promovida por moradores, profissionais ou administradores que, juntos, desenvolvem e formatam os produtos e as atividades turísticas (LUCAS, 2000). O turismo cultural é caracterizado pela motivação de entrar em contato com regiões que tenham história divulgada com suas tradições, manifestações culturais, artísticas e religiosas. O turismo é entendido da perspectiva cultural, conforme John Swarbrooke, quando assevera que isso "significa começar a maximizar conscientemente os

benefícios econômicos, sociais e ambientais do turismo cultural para as comunidades locais” (SWARBROOKE, 2000, p. 40).

Neste trabalho se usa o termo descobrimento no sentido de que os europeus acharam a América habitada por outras culturas, a colonizaram provocando, involuntariamente, um hibridismo cultural. Descobrimento é utilizado na acepção de achamento, que quer dizer “aquilo que se sabia existir, mas não se sabia onde estava” (SIMÕES, 1999, p. 113), desconhecia-se a localização exata, por isso a referência ao termo sempre aspeado. A reflexão pressupõe que o tratamento dado às imagens e ao imaginário da Carta de Caminha no *marketing* turístico tem caráter hegemônico, sem considerar as diversidades das visões dos grupos locais, suas diferenças e conflitos sociais. Por conseguinte, verificaram-se duas premissas: a) a influência do imaginário da Carta de Caminha na visão construída sobre as virtudes da região, da visão que os habitantes tem de si mesmos, de sua identidade cultural e do seu próprio imaginário; b) e a utilização acrítica desse imaginário da Carta nas atividades turísticas, nas propagandas para atrair turistas e os impactos que isso provoca.

Da Carta são selecionadas as representações mentais e os significados simbólicos a respeito da cultura, costumes, estética, natureza e a relação com o outro, encontrado no Novo Mundo (ELIADE, 1991). Estabelece-se o diálogo entre a Carta de Caminha e o imaginário coletivo do século XVI e o imaginário, símbolos e representações mentais sobre a Costa do Descobrimento encontrados em objetos do *marketing* turístico - *folders*, guia turístico, revistas, *CD-Rom* e vídeo. Analisa criticamente o tratamento dado às imagens sobre a região e suas potencialidades e como o *marketing* turístico usa o imaginário da Carta de Caminha, ressignificando-o. Consideram-se criticamente as repercussões da utilização das imagens da Carta de Caminha como atrativo do *marketing* turístico na Costa do Descobrimento. Consideram-se os impactos nas atividades turísticas, nos textos dos folhetos, e propagandas a respeito do potencial turístico divulgado, com imagens que

reforçam antigas concepções dos europeus, especialmente dos portugueses, sobre a região.

## **A carta de Caminha e seu imaginário**

*Mas o essencial não é sonhar, hoje, com um prestígio de ontem ou de amanhã. É saber fazer a história de que temos hoje necessidade.*

Jacques le Goff e Pierre Nora

Caminha, como qualquer homem, vale-se de representações para ler o que se descortinava ao seu redor, ou melhor, a “realidade exterior percebida” (TRINDADE, 1997, p. 25). Assim constrói suas interpretações baseadas nas imagens que tinha em sua mente, “obtidas pelas experiências visuais anteriores” e carregadas pela percepção de mundo e valores aos quais estava submetido (TRINDADE, 1997, p. 10). Vê-se nas narrativas da Carta os reflexos de valores, crenças, teorias, hábitos, religiosidade, ideologias, enfim, a mentalidade e o imaginário que Caminha transpira em seus registros sobre os povos encontrados na nova terra achada além do Atlântico.

A Carta de Pero Vaz de Caminha, como documento histórico, tomada como fonte das imagens que revelam o deslumbramento diante da terra, dos habitantes e das possibilidades de um paraíso a ser explorado, apresenta inúmeras imagens, incluídas no contexto dos “Mitos da Conquista” que envolviam os portugueses quinhentistas. Vão desde as imagens míticas e ufanistas como paraíso terrestre, à inocência original, flagrada como prova desse paraíso, como suas riquezas abundantes, até as imagens dos costumes, do outro, estéticas, lúdicas, com o exotismo das pinturas, adereços, gestos, danças, além da nudez, jovialidade e saúde dos corpos dos nativos, seu vigor e ausência de defeitos. As análises são pontuais, mas o suficiente para a aplicação analógica das imagens da Carta de Caminha com as semelhantes no imaginário construído sobre o Brasil e pelas imagens veiculadas nas

propagandas turísticas. A Carta traz, como todo documento, a idéia do contexto histórico que o explica e elucida.

Ao longo da História, a Carta de Caminha tem recebido várias leituras e atualizações. O resgate historiográfico da Carta de Caminha não é objetivo dessa pesquisa. Cabe, entretanto, pontuar brevemente sua trajetória. Sabe-se que a Carta de Caminha, relato da semana em que passou a esquadra de Cabral em Porto Seguro, permaneceu sem divulgação até que, segundo Antônio Baião e Jaime Cortesão, foi descoberto por José de Seabra e Silva, guarda-mor da Torre do Tombo, que fez da Carta uma cópia em 1773. No Brasil, foi publicada pela primeira vez pelo padre Manuel Aires de Casal, em *Corografia Brasílica* (CASAL, apud PEREIRA, 1999). A edição de 1945 é mais acessível, segundo Paulo Roberto Pereira (1999), em "Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento" do Brasil. A partir das edições de Francisco Adolfo Varnhagen (1877, 1956), do filólogo João Ribeiro (1910), de Carolina Michaelis de Vasconcellos (1929 e 1939) e, especialmente, de Jaime Cortesão (1922, 1943, 1994), a Carta de Pero Vaz de Caminha recebeu variadas e abundantes publicações, transcrições, estudos, traduções e interpretações (PEREIRA, 1999, p. 61, 62). Algumas mais significativas tiveram destaque durante as comemorações dos quinhentos anos do Descobrimento do Brasil.

Por volta de 2000, Portugal fez ampla comemoração dos seus "descobrimientos" e, no Brasil, discutiu-se a chegada dos portugueses a essas terras. Esse fato reacendeu o interesse pela Carta de Caminha. Dentre as publicações significativas estão: a Revista sobre as Leituras da Carta de Pero Vaz de Caminha, edição da Editus - UESC; Edição Especial; *As Cartas do Brasil*, de Henrique Campos Simões; *O Achamento do Brasil - a carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel* (em quadrinhos), de Henrique Campos Simões e Reinaldo Rocha Gonzaga e a peça *O Auto do Descobrimento*, de Jorge de Souza Araújo. O grupo de teatro da UESC realizou várias concepções cênicas com artistas da região, como Pedro Matos, Márcia de Meneses e Ramayana Vargens, e que foram apresentadas por estudantes da UESC até o ano 2000.

Quanto a Caminha, é homem formado no clima histórico do século XVI e, como tal, sua mentalidade está fatalmente fincada na religiosidade, nos tormentos das visões de demônios e pecados, superstições e recalques morais. Ao mesmo tempo, Caminha tinha uma atitude observadora, o que se revela na forma detalhista como descreveu certos episódios. Mas, ao mesmo tempo, seu espírito ambivalente, alimentado pelas utopias, mitos e visões de sua época, transborda na perplexidade diante de uma trama social tão distinta da sua. O encontro de diferentes valores causará irredutivelmente a ressignificação dos valores de uma e de outra parte. É nesse contexto que a Carta de Caminha deve ser entendida.

### **O imaginário da Carta**

Inegavelmente, o imaginário da Carta de Caminha está ligado ao fim da Idade Média. Sabendo-se que, sendo o imaginário ligado às estruturas históricas de longa duração, insere-se, não no tempo curto dos fatos, não no médio prazo das conjunturas dos fatores que circulam os fatos e os explicam, mas no tempo de longa duração, que muda lentamente a exemplo das estruturas mentais e do imaginário. Esse imaginário medieval encontra nos trilhos abertos para a modernidade uma forma de expressão mais forte do espírito religioso, a livre associação do "real" e do "irreal", o conflito entre o santo e o profano, a censura fraca da Igreja e a sensualidade invasora de povos desconhecidos. Tudo pode ser explorado no imaginário dessa Carta que abriga exemplos surpreendentes de imagens imbricadas da mente de Caminha. "Semelhante documentação, bem explorada e talvez exemplar, coloca de maneira nítida esse problema das relações entre a realidade social e sistema de representações, sobre o qual é possível construir a história do imaginário" (PATLAGEAN, 1990, p. 300).

O texto da Carta está carregado de uma construção ideológica, explícita ou implicitamente, mesmo considerando que Caminha tenta ater-se ao que viu como se reivindicasse a "imparcialidade" de um cientista. Impossível, porém,

era livrar-se do subjetivo, do condicionamento social, cultural e ideológico que torna a visão etnocêntrica, hegemônica e, por isso, redutora. O que tinha diante dos olhos era bem diferente do que o imaginário medieval sugeria a sua mente. No lugar dos mitos bestiais, monstros e caos, o escrivão viu seres humanos perfeitos e escreve: “nosso Senhor lhe deu bons corpos e bons rostos como a bons homens” (SIMÕES, 1999, p. 134); E ainda, “A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons narizes, bem feitos” (*ibid*, 1999, p. 16). Em nenhum momento os chama de índios, evitando o equívoco de Colombo, mas evidencia a surpresa de encontrar gente com algumas características diferentes das, supostamente, acreditadas.

As atitudes de etnocentrismo e eurocentrismo fazem Caminha recorrer a comparações constantes do que via com o que já conhecia de seu próprio grupo cultural. Historicamente, os nativos foram de inocentes a monstros, de anjos a demônios, de pacíficos a selvagens canibais, nas idealizações dos colonizadores, estrangeiros e visitantes. Caminha, por vezes, não se deixa vencer pelo espanto. Procurando uma linguagem comparativa para amenizar o impacto da visão do novo, com as referências cristalizadas na mente, procura ver na cultura inusitada, resquícios da sua própria cultura. Os impactos se sucedem, inclusive com a visão da exuberância da paisagem, da nudez dos habitantes, não de sua existência, já pressupostamente sabida, mas da nudez que os tornava, diferencialmente, distantes da humanidade.

Conforme o próprio Caminha, ele não relata tudo, tenta ser o máximo veraz e honesto possível, dizendo apenas o que viu. Admite o julgamento dizendo que escreverá o que lhe pareceu, fazendo da lógica européia e dos quadros referenciais quinhentistas o parâmetro para este julgamento: “Entretanto, tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade, a qual bem certo creia que, para aformosear nem afear, aqui não se há de pôr mais do que aquilo que vi e me pareceu” (*ibid*, p. 113). Caminha não consegue captar os valores do outro, os “antagonismos” confundem-no e, embora reconheça beleza e formosura (gentis, rijos, limpos), assevera que está diante de povos desprovidos de humanidade completa. As conclusões e informações do escritor

não resultam de convivência (a esquadra de Cabral permaneceu dez dias na região), mas de interpretação, ou melhor, de uma ordenação dos elementos captados por sinais, sons, gestos, comportamentos, em lugar da palavra, da convivência, da experimentação, do tempo para compreensão do que está por trás dos simulacros dos nativos. Portanto, apesar dos breves momentos festivos narrados por Caminha, o processo colonizador do futuro se encarregou de apagar de forma cruel essas amenidades. O que se processa é a aplicação, da parte de Caminha, da hegemonia dos seus critérios e valores sobre o outro desconhecido e para isso foi imposta a presença dos degredados entre os nativos, pois o intento de buscar informações estava além da tentativa de compreender os costumes desses.

O termo costume está hoje atrelado ao conceito de cultura, é como algo *sui generis*, singular quanto aos hábitos e ritos de um povo ou de um indivíduo (THOMPSON, 1998). No ponto de vista aqui assumido, chama-se de costume os significados, atitudes e valores que Caminha atribuiu aos nativos e como particularizou as relações sociais advindas desses significados. A saída encontrada por Caminha foi enquadrar tudo o que via nos seus referenciais, assim, livrava-se das surpresas e de ter que admitir o desconhecimento e o inusitado não compreendido:

e andava todo por louçainha, cheio de penas pegadas pelo corpo que parecia todo **assetado como São Sebastião** (SIMÕES, 1999, p. 121, grifo nosso). Os seus cabelos são corredios e andavam tosquiados, de tosquia alta mais do que sobre-pente, de boa grandura e rapados até para cima das orelhas (*ibid*, p. 117) e nisso me parece, ainda mais, que são como aves ou alimárias (animais) monteses, que lhe faz o ar melhor pena e melhor cabelo às mansas (*ibid*, p. 128).

O que Caminha observa atribui comparativamente aos costumes próprios de sua sociedade mercantilista, que não compreende os códigos contrários a isso, que não compreende a natureza humana destituída das suas formas de "consciência costumeira" de ver as coisas, conforme Thompson (1998, p. 23). Caminha usa de reducionismo mordaz e anacrônico quando se refere, por exemplo, ao "chefe" que passeava soberbamente na praia com adornos e

plumas multicoloridas comparando-o a “São Sebastião cheio de flechas”. Ao apontar a lisura e o corte dos cabelos, é clara a intenção para atestar o costume no que diz respeito à “tosquia alta” que os aproximam das espécies animais. De antemão, tudo o que no costume desses nativos era estranho, deveria ser mudado e eles amansados. A ambigüidade que Caminha revela entre a admiração e a censura não apagava a pretensão de converter os costumes ao padrão da sua própria cultura:

Basta que até aqui como quer que eles se amansassem em alguma parte, logo de uma mão para outra se esquivavam como pardais de cevadouro (armadilha) e o homem não lhes ousa falar rijo para mais não se esquivarem, e tudo se passa como eles querem para bem os amansar (*ibid*, p. 128).

Caminha nem sequer tenta imaginar um valor, uma razão fora do seu particular referencial, sequer abraça a observação das soluções e comportamento dos nativos, a considerá-los como inferiores ou superiores aos seus. Não ignorava, ao menos, a diversidade humana sob certos aspectos. Sabia-se de diferentes costumes e natureza e, embora a questão não fosse respeitada, já se descreviam povos que não tinham os costumes iguais aos dos europeus, embora isso fosse considerado barbarismo e tratado com espanto. E mesmo que Caminha considerasse o nativo um outro ser humano, não era humanidade plena como a deles. O etnocentrismo sequer é percebido por Caminha, nem por um vacilo se considerava o falso universalismo dos valores europeus.

Sobre a estética, quer seja um conceito conhecido ou não dos povos, faz parte da cultura, do modo de vida, do cotidiano, pois diz respeito à produção de seus objetos, vazão de criatividade, habilidade nata do ser humano. A atitude, ante a estética e gostos desconhecidos corre o risco de ser etnocêntrica, como no caso de Caminha. Com a mesma atitude de julgamento feita a tudo o que estava vendo, Caminha elogia, mas acaba por vaticinar a inferioridade desses

em relação a sua própria estética. Os nativos demonstravam que, apesar de serem uma sociedade tecnicamente diferente da dos portugueses, tinham as complexidades próprias de todas as formas de cultura, como relações de poder, relações sociais, econômicas, valores estéticos e artísticos, seu próprio imaginário, representações e simbolismos, tudo o que pressupõe uma sociedade no seu sentido completo, aspectos, evidentemente, nem de longe captados por Caminha:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos e tomou em uma almadia (canoa) dois daqueles homens da terra - mancebos e de bons corpos - [...]. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos por eles ossos brancos. Traziam os beiços furados e nos buracos traziam uns espelhos de pau que pareciam espelhos de borracha. Queriam vir com ele alguns, mas ele não quis senão dos mancebos dispostos e homens de prol (bem feiçoados, graciosos) (SIMÕES, 1999, p. 116, 120, 132).

Primeiramente, impactado por uma outra realidade, Caminha descreve com admiração os corpos e sua estética física e esses atributos corporais considera bons, abusando da dicotomia, bom *versus* mau. Livrando-se do impacto da nudez com interpretações religiosas, direciona-a para a inocência que o deixa à vontade para descrever a pintura do corpo das nativas “bem feitas e redondinhas”; o nu foi o que mais o impressionou e o que não se escondia era perfeito. Caminha, diante do outro inusitado, vai e vem nas mesmas observações, parecendo querer convencer-se e ao seu leitor de que estava diante de seus olhos um exemplar de beleza natural, mas não de uma nova estética artística e culturalmente tão valorosa quanto a sua e opta por reduzir o que não compreendia, ao fato de serem eles mais próximos dos animais que da civilidade:

Porque os corpos seus são tão limpos e tão gordos e tão formosos que não pode mais ser e isto me faz presumir que não têm casas nem moradas em que se colham e o ar a que se criam os faz tais (p. 128). E lá andavam outros, quartejados de cores, metade de sua própria cor e a outra metade de tintura negra, maneira azulada e outros quartejados d’escaques (quadriculados) (SIMÕES, 1999, p. 120). Galantes pintados de preto e vermelho e quartejados assim pelos corpos como pelas pernas, que certo pareciam assim bem (*ibid*, p. 126, 128).

O que de inusitado ou inexplicável via não incita suas dúvidas ou indagações, ainda que não fosse possível ter respostas imediatas. A estética exposta de forma simples nas tintas, nos quadriculados e enfeites, não sinalizaram a Caminha a complexidade da sociedade encontrada, sua cultura e suas formas de artes. Não está longe do sentimento que se tem, hoje, sobre o exótico das gentes, tanto remanescentes dos nativos, como dos povos dos trópicos: belos, limpos, perfeitos, boa aparência, ingênuos, incapazes de alcançar a verdadeira inteireza sem a tutela dos ditos civilizados. Mesmo nos momentos lúdicos, o comportamento dos nativos é ora elogiado, ora censurado, demonstrando a dualidade das visões romântica ou fatalista que Caminha teve desse comportamento. Mas é ponto pacífico, porém, que a descrição do comportamento dos nativos registra como o imaginário dos colonizadores criou possibilidades de construção das próprias imagens que deram origem ao imaginário revivido hoje sem levar em conta a dramática imposição que lhe é inerente:

Levantaram-se muitos deles a tangeram *cornu* ou buzina e começaram a saltar e a dançar. (SIMÕES, 1999. p. 123).  
Levou consigo um gaitero nosso, com sua gaita, e meteu-se com eles a dançar, tomando-se pelas mãos, e eles folgavam e riam e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhe ali andando no chão muitas voltas ligeiras e salto real de que eles espantavam e riam e folgavam muito. E conquanto, com aquilo, muito os seguiu e afagou, tomavam logo uma esquiviza, como a monteses e foram-se para cima (SIMÕES, 1999. p. 127).

Os festejos, o lúdico, as manifestações folclóricas e até a visão identitária, reinterpretada a partir dos registros de Caminha, carregam as representações e os simbolismos dos colonizadores. A disposição para o lúdico que os nativos demonstravam, mais tarde seria canalizada para a assimilação dos ritos portugueses com a proibição dos folguedos de origem nativa. Mesmo nessa aparente descontração, não desaparece de Caminha a desconfiança de que aqueles humanos eram mais semelhantes a animais. Destaca Caminha: “De que tiro ser **gente bestial** e de pouco saber e por isso esquivos”

(SIMÕES, 1999, p. 128, grifo nosso). A diferença de comportamento é estigmatizada sem ao menos se considerar que a ausência de indulgência tinha raízes culturais e naturais. Era patente que a natureza, o grupo social e o seu modo de vida não correspondiam à lógica dos colonizadores, mas como referências culturais eram perfeitamente lógicas em si mesmas.

O texto de Caminha não apenas é rico em análises históricas, mas também pode servir a verificações de categorias múltiplas para a sociologia, psicologia, antropologia. A tendência é sempre ao reducionismo ou à não “positividade” dos costumes nativos numa clara ausência de alteridade (consideração positiva das diferenças do outro), que impede que o outro ensine e faça refletir sobre a legitimidade de sua própria cultura. O escrivão incorre em equívoco por atribuir significação à conduta e natureza dos nativos utilizando-se do senso comum para o seu julgamento.

Na sociedade de Caminha, o outro próximo ou longínquo, estava sempre em defasagem em função do seu etnocentrismo. A atitude de Caminha em relação a esse outro tem um sentimento de estranheza que é difícil ignorar. O mesmo sentimento se projeta de forma pragmática no modo como se fundamentou e se manifesta, hoje, a identidade nacional. O escrivão arrisca um jogo crítico à sua própria sociedade quando compara dizendo que a inocente nudez das nativas “era tão bem feita e tão redonda a sua vergonha, que ela não tinha” (SIMÕES, 1999, p. 121), e que não era como a das mulheres portuguesas. Era difícil para Caminha perceber o outro sem compará-lo a si mesmo e tal questão possui diversas formas de percepção, especialmente, a relação desse outro com o seu próprio grupo social ou em relação a um grupo social externo. Difícilmente consegue-se isto sem passar pela questão da valoração, da ética e estética em relação ao que se vê no encontro com o diferente. Apesar de se ter notícias de que este outro existia, pouco ou quase nada se sabia a seu respeito. Mas nunca, na história a intensidade, como aconteceu no encontro dos habitantes das “Américas” com os europeus, proporcionara tantas

possibilidades de análises. Primeiro, por ter sido um encontro imprevisível, com subsequente extermínio dessa outra cultura. Segundo, por estar a nossa identidade indubitavelmente ligada ao imaginário que estes europeus construíram a partir desse tal encontro (TODOROV, 1999).

O outro (habitante, nativo) salta aos olhos não como uma cultura original e diferente da sua, mas como parte de um todo, da própria paisagem (rio, arvoredos, montes, homens, mulheres, como animais monteses, bestiais), tudo faz parte das mesmas referências que não levam em conta a propriedade cultural, os valores, a originalidade. O que ele percebe é a falta de costumes iguais aos seus, ritos, crenças, hierarquia e isso o leva a pensar que, apesar de estar diante de homens completos, esses homens estão em estágio anterior à sua própria humanidade modernista.

Caminha não atenta para a cultura material dos nativos, descreve-os apenas do ponto de vista da beleza física, admirável e formosa. As mesmas expressões ou similares são usadas para a natureza, refletindo, assim, as regras de descrição que não reconhecem estar diante de um grupo social com uma estrutura lógica que precisava ser compreendida. Mesmo quando evoca adjetivos que demonstram a generosidade dos nativos, Caminha os faz parecer mais ingênuos que generosos, mais submissos que cortesões. Sobre o outro, Caminha deixa antever superioridade e etnocentrismo exacerbado que contribuirá com a teoria e o mito do "bom selvagem", mas, que exclui os nativos de estarem no mesmo nível dos europeus. O julgamento é egocêntrico pois identifica aquele grupo social a partir dos quadros referenciais e valores gerais europeus, considerados, equivocadamente, como universais:

E segundo o que a mim e a todos pareceu, essa gente não lhe falece outra coisa para ser cristã, senão entenderem-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos, por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria e adoração têm [...]. Ora veja Vossa Alteza, quem em tal inocência vive, ensinandolhes o que para sua salvação pertence, se se converterão ou não? (SIMÕES 1999, p. 137).

Não é necessário ir muito longe para ver que se propagam, até hoje, as permissivas delícias que se pode desfrutar de uma sociedade fincada na

licenciosidade social de todas as formas. Nos corpos expostos das mulheres, ou na nudez ética das nossas instituições, ainda somos, à parte os anacronismos, o paraíso tropical de Caminha que, desde aquele momento, não se ateve a compreender os valores que envolviam a estética dos nativos, apesar da simpatia pelo que via. A atitude era promover a exclusão dos costumes e a imposição de novas regras. Enfim todo encanto do narrador não é suficiente para impedir o propósito de modificar o que o encanta.

Outra imagem dominante na Carta é a edenização da terra encontrada. Dentre as concepções correntes na Idade Média, o “Paraíso Terreal”, o Éden, deveria existir em algum lugar do globo, e isso impregnava as narrativas das viagens reais ou ilusórias e impressionava pela descrição de riquezas inesgotáveis, fonte da juventude perene e exuberância de todas as suas paisagens. Ao se deparar com a estonteante Mata Atlântica, Caminha descreve-a como alguém que, se não encontrou o paraíso, estaria, no mínimo, próximo dele, “tal era a sua formosura, arvoredos, infinitude, altivez que fazia perder as vistas” (HOLANDA 1999, p.15). Certos mitos dos nativos corroboravam com esta mesma visão. Um sítio onde ninguém morre, onde deliciosos manjares sobejam para todos, que muitos grupos de nativos apresentavam como a “terra do sem mal”, embora não houvesse acordo de onde se localizaria este sítio. A lenda de inesgotáveis reservas de ouro e prata que havia neste lugar justificava a ânsia de Cabral e de seus companheiros de entender que os nativos falavam disso quando estiveram no navio:

[...] e a terra por cima toda chã e muita cheia de arvoredos, de ponta a ponta é toda praia plana e muito chã e muito formosa. Nos parece, do mar, muito grande porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos, que nos parecia mui longa terra (SIMÕES, 1999, p. 138).

Porém um deles pôs olho no colar do Capitão a acenar com a mão para a terra, e depois para o colar, com que nos dizendo que havia em terra ouro. [...] e depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenou para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como que daria ouro por aquilo. Isto tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos (*ibid*, p. 117, 118).

Os argumentos citados são ilustrativos para asseverar como Caminha representa, na sua visão, o imaginário corrente na sua época. Em relação à natureza, a Carta de Caminha ainda desperta interesse, pois não é possível desenvolver uma análise sobre a epistemologia das tradições eurólicas e disfólicas da formação social brasileira e de sua natureza sem passar por seu texto. O deslumbramento posterior à narrativa de Caminha (cartas, crônicas, relatos, diários de viajantes), apesar da distância temporal, assemelha-se, na forma de escrever para chamar atenção sobre o Brasil, àquele para governantes e aventureiros, hoje para estrangeiros ainda investidores e viajantes, ainda, usufruidores. A exemplo disso, temos Pêro de Magalhães Gândavo, pioneiro em organizar informações sistemáticas sobre o Brasil e considerado propagador das terras brasileiras para incentivo da imigração:

A terra é mui deliciosa e fresca, vestida de mui alto e espesso arvoredos, regada com águas de muitas e preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda terra, onde permanece sempre a verdura com aquela temperança da primavera que cá nos oferece Abril e Maio. Inversamente ao que acontece na Europa, as plantas não sofrem no inverno: a Providência proveu a uma natureza perfeita, rica ainda em gemas e metais preciosos (GÂNDAVO, *s.d.*, p. 82).

O padre Pereira, em 1860, escreve em carta aos padres de Portugal que, se houvesse Paraíso na Terra, seria no Brasil e que quem não quisesse crer viesse experimentar (CALMON, 1942). Evidente que essa visão eufórica sempre foi entrecortada do pessimismo (visão disfórica) que passa por asseverar desde a condição de sub-raça brasileira até os exageros do mito de eterno fracasso, em tudo que diz respeito à realidade do Brasil.

Por essas reflexões, percebe-se a transversalidade do imaginário em quaisquer cortes históricos que se fizer da Carta de Caminha ou em quaisquer documentos (aqui compreendidos em toda a sua amplitude) desse mesmo teor. A Carta constitui-se um texto detentor de uma gama privilegiada de imagens, de reflexos da mentalidade, de representações mentais e simbolismos do século XV. E posteriormente, na conjuntura transitória do medievalismo, ou como diz Le Goff (1976, p. 22) "ainda extensão dele", a

Carta soma-se à construção das próprias representações mentais atualmente ressignificadas nas imagens sobre o Brasil e nas manifestações culturais e turísticas da Costa do Descobrimento.

### **A carta de Caminha e sua apropriação pelo Turismo**

*O imaginário não foi derrotado no confronto com a racionalidade das imagens massificadas, produzidas para o consumo fácil, encontrando-se presente cada vez mais nas fantasias e projetos, nas idealizações dos indivíduos e em outras expressões simbólicas, religiosas ou leigas, que traduzem e constroem as suas emoções em um novo contexto imaginativo.*

François Laplantine e Liana Trindade

Situada num contexto histórico colonial e considerada berço do Brasil, a região sul da Bahia tem sido alvo de forte atração turística. É quase inevitável que as imagens legadas pelos colonizadores influenciem, consideravelmente, as escolhas de representação da região da Costa do Descobrimento, e seja utilizado nas atividades do turismo. O problema é que essas imagens veiculadas evidenciam a fala do colonizador, quando demonstram que a grandeza fantástica da terra, a sensualidade, a hospitalidade, a cordialidade, a alegria das suas gentes e o inusitado das suas paisagens, fazendo crer que o exotismo da natureza pressupõe ausência de exploração e conflito, tão presentes hoje quanto nas entrelinhas do relatório inaugural da visita da esquadra de Cabral ao sul da Bahia.

Entre as iniciativas para o desenvolvimento do turismo, o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR, junto à Bahiatursa, promovem políticas e estratégias de empreendimentos específicos para promover a atividade turística no Estado da Bahia. Uma dessas estratégias consiste em dividir o Estado em sete zonas turísticas, a saber: Costa dos Coqueiros, Bahia de Todos os Santos, Costa do Dendê, Chapada Diamantina, Costa do Cacau, Costa das Baleias, Costa do Descobrimento

(Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Arraial da Ajuda, Trancoso e Belmonte). Com a proximidade dos quinhentos anos do “Descobrimento”, período psicologicamente excitante, virada do milênio, o *marketing* tornou-se extremamente atrativo. Assim, a Carta de Caminha passará a desempenhar o papel de talismã e álibi para que a região projete-se definitivamente no *rank* dos destinos turísticos nacionais e internacionais.

Até os meados do século XX, Porto Seguro era apenas uma referência “abstrata” para os brasileiros do local onde Cabral aportou em 1500. Até os anos de 1980, Porto Seguro não se constituía um destino turístico, mas a partir da segunda metade da década de 1990, uma movimentação singular começa a focalizar, no sul da Bahia, as atenções de muitos. A Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil aliada à organização similar em Portugal, aos interesses do Estado e de grupos locais, reforçam e promovem a turistização da região e a teatralização da chegada dos portugueses. Com os quinhentos anos dos Descobrimentos, cria-se um clima fértil para as manifestações intelectuais, reflexões, conflitos, contradições, construções e desconstruções desse momento histórico chamado (afora questionamentos) de “Descobrimento do Brasil”. Milhões foram investidos numa infra-estrutura de transportes rodoviários e aéreos, num parque hoteleiro fabuloso, na recuperação do centro histórico da parte colonial, monumentos, iniciativas de tombamento do patrimônio histórico da cidade, áreas de lazer, parques etc. Tudo parecia perfeito: estrutura, apelo histórico, beleza natural, mar, mata, clima, cultura, imaginário, indígenas, terras para comprar etc. Um desenvolvimento frenético com desapropriação de lugares, com profunda modificação da cidade e espetacularização histórico-cultural, era conduzido por aqueles que visam lucros imediatos. Também se identificam propostas de resgate cultural e histórico, que envolvem instituições sérias e comprometidas com a manutenção sadia do meio ambiente, como por exemplo, no caso das iniciativas da UESC, IPHAN e outros.

### **A Carta de Caminha no *Marketing* Turístico**

Os referenciais da Carta de Caminha são ressignificados e apropriados pelo *marketing* turístico com conotações próprias, e são usados sem que se questionem suas origens colonizadoras. As propagandas turísticas mantêm a mesma função com as mesmas imagens: a de encantar os estrangeiros e convencê-los de que ali continua sendo o Paraíso à disposição para ser aproveitado, tentando fazer com que despejem suas divisas nos produtos turísticos oferecidos. Os exemplos das propagandas e do *marketing* que utilizam as imagens mentais e até transcrevem trechos da Carta de Caminha são inúmeros e estão espalhados por todas as partes da cidade, ventilados nas páginas de sites, guias turísticos, pôsteres, vídeos, panfletos, museus, folhetos, mapas, quadros, monumentos etc..

Não há pudores nem vacilações em reprisar o encantamento de Caminha, em relação às virtudes da terra, natureza, dos habitantes, das culturas, dos mitos etc. “Chegamos ao paraíso” e “Divirta-se, você está no paraíso” - anuncia o *Porto Seguro Sol guia de Informação Turística* (1996, p. 5 e 6). O bucolismo de Porto Seguro e adjacências é exaltado sem economia de adjetivos. As leituras dessas propagandas excitam a imaginação, como provavelmente a Carta de Caminha fizera aos olhos dos europeus quinhentistas. O encantamento dos europeus – pela primeira vez, em contato com as Américas – era natural, pois diante do fantástico da natureza, fauna, flora, das gentes, dos sabores, cheiros e das cores, os sentidos não poderiam se conservar indiferentes. Atualmente, esse encantamento é reeditado numa sociedade pós-moderna em que os sentidos são bombardeados pelo espetáculo, que encantam os sentimentos, mas, não a ponto de não se perceber que a prioridade é a de se formatar tudo em *show*, para render audiência e divisas em detrimento do que isso possa provocar (DEBORD, 1998).

Todos ficam encantados com a Costa do Descobrimento, no Sul da Bahia, onde o Brasil começou. Seja com as praias de Belmonte, seja com os índios de Santa Cruz da Cabralia, seja com a cidade de Porto

Seguro, seu principal pólo, um destino completo para o turismo. <<http://www.portosegurotur.com.br>>

A associação Pataxó de Ecoturismo oferece, ao visitante, passeios em trilhas na mata com guias índios que ensinam segredos da natureza, hábitos e costumes indígenas como o uso do arco e flecha (TERRITÓRIO BRASILIS, *s.d.*).

O imaginário da Carta de Caminha se apresenta em linguagem fantasiosa para tornar a história teatro, com o intuito de vender a idéia da eterna receptividade e cordialidade dos habitantes da região em relação aos estrangeiros. O encantamento embota os sentidos, seduzem visitantes e habitantes que, em geral, acabam assimilando o imaginário dos colonizadores e a passividade dos colonizados, renunciam à contestação deixando-se conformar com o mesmo encanto pelo espetacularizado paraíso. Os conflitos, a exploração, a desigualdade, o purgatório flagrado nos mesmos locais parecem ilusórios, fora de foco até para os seus protagonistas. O convite é para o esquecimento dos conflitos.

Veja-se também o CD-Rom *Descubra Porto Seguro*, de Fausto Rodrigues de Almeida (2001), considerado pelo próprio autor um guia turístico, recheado de histórias, contos, mitos, folclore, fotos e mapas que, segundo o mesmo, apresenta e orienta o visitante para melhor desfrutar do paraíso que é a Costa do Descobrimento. Sem análise interpretativa ou crítica, listam-se informações históricas, monumentos e personagens do tempo da Capitania, festas, comemorações, folclores, nomes de prefeitos, os Pataxó. Em outra parte lendas, poesias, hinos e contos, tudo disposto aleatoriamente. São várias as representações mentais dos colonizados, indígenas e populares, imbuídas dos resquícios relidos do imaginário da Carta. Ora imagens dos indígenas dançando, em trajes adaptados, ora desfile das moças perfiladas, em trajes de banho. O discurso imagético ou textual de hoje bebe na mesma fonte de antes e tem semelhante objetivo: vender a imagem do paraíso desfrutável.

O videocassete da MT Vídeo Produções, *Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia*, corrobora as mesmas cenas e imaginário corrente: "Venha ver o povo alegre e hospitaleiro" e desfila imagens alternadas de indígenas dançando e moças e rapazes em danças de "axé music" nas praias. O vídeo exhibe teatro

feito por artistas na comemoração do “descobrimento”, com narrações adaptadas da Carta de Caminha, imagem do quadro da chamada Primeira Missa, de Victor Meirelles, indígenas dançando, arquitetura, construções e ícones dos tempos coloniais. Enfatiza, ainda, as praias, anunciando: “Comece a desfrutar desse paraíso” e mostra moças e rapazes em performance que valoriza os corpos e a sensualidade. Cenas de capoeira sem alusão à cultura negra, gastronomia e artesanato, sem identificação de suas origens ou significados. É notória a ausência de reflexão sobre as transformações, mudanças ou diferenças ocorridas: índio dança, mas por quê? Para quê? O que significa? Pelo que ainda luta? Por que ainda tem o olhar distante? Tudo se produz para reforçar e provocar o imaginário e encantamento. Escamoteia-se toda manifestação dos grupos de moradores como protagonistas do espetáculo, quando se sabe que os lucros desses projetos estão, na sua maioria, nas mãos de um empresariado especulativo de fora da região. Caminha é um alibi sempre evocado para reforçar a representação:

Para aqueles que procuram sossego e tranqüilidade a pedida são as praias do Apaga Fogo, Araçaíbe, dos Coqueiros, Taípe, que possuíam largas faixas de areia e imensas falésias, descritas na Carta de Pero Vaz de Caminha. Viva a história, a magia, a beleza e o encanto que a Costa do Descobrimento reserva para você . Visite Porto Seguro, o paraíso tropical (MT VÍDEO PRODUÇÕES, s. d.).

A história é banalizada, as imagens e representações mentais produzidas têm como pressuposto a ausência de conflitos são ditados os ritmos, as tradições; a cultura é reorganizada para se poder mostrar. Não é mais o modo de vida autêntico dos moradores ou grupos locais no seu fazer cotidiano, mas o que se monta e desmonta acompanhando a sazonalidade da demanda turística. A sociedade do espetáculo se repete a si mesma e transforma os indivíduos em sujeitos passivos, esvaziando as individualidades e diferenças de leituras. As empresas da informação se aproveitam da desinformação e manipulam a atividade turística, deslocando-a dos grupos humanos e transmutando a cultura como produto de consumo para vender o que já se banalizou. Um exemplar, em especial, da Revista “Bahia Terra da Felicidade”

(EMBRATUR, 1997), é aqui tomado devido ao seu caráter voltado para o *marketing* estrangeiro. A revista da Embratur, versão em língua inglesa, utiliza expressões, formas e imagens semelhantes às da Carta de Caminha, mantendo as nuances e os resquícios daquele imaginário, reforçado no texto propagandístico, e chega a reescrever as palavras do escritor com o mesmo intuito de exaltar as possibilidades de fruir a terra paradisíaca. Começando por seu título, **Bahia, terra da felicidade**, o texto é introduzido fazendo menção à própria Carta de Caminha sobre a “descoberta” do Éden:

*The famous Portuguese journalist, Pero Vaz de Caminha – which took part of Pedro Álvares Cabral’s squadron, its navigator and discoverer – enchanted with the scenery, wrote to the King of Portugal, telling in details in details about the charming discovered paradise (EMBRATUR, 1997 p.2).*

O famoso escritor português, Pero Vaz de Caminha – que fez parte da esquadra de Pedro Álvares Cabral, navegador e descobridor – encantado com a paisagem, escreveu ao Rei de Portugal, contando em detalhes sobre os encantos do paraíso descoberto (EMBRATUR, 1997, p. 2, tradução nossa).

Saltam aos olhos a apologia e a oferta de momentos de satisfação ligada a um cenário tão harmonioso, que parece impossível acreditar que esse mesmo cenário tenha sido palco de um dos mais cruéis conflitos de expropriação dos antigos moradores e da invasão das reservas indígenas, pelas quais os índios continuam lutando. São similares representações com o propósito de atrair a atenção sobre uma terra pronta a ser desfrutada. Na continuidade, a revista descreve a infraestrutura montada para proporcionar satisfação ao visitante e todas as atividades que garantirão a maximização de seu prazer e ócio:

*The magic atmosphere which involves tourists today is the same that enchanted Portuguese visitors in 1500, at the first contacts with land and its inhabitants, Tupi Indian of Pataxó tribe. It can be detached beaches, coves, bays, cliffs, a lot of rivers and rivulets ever surrounded by groves of coco trees, mangroves and Atlantic rain Forest. Relax is the order word in this paradisiacal place (ibid, p.2).*

A atmosfera mágica que envolve turistas hoje é a mesma que encantou os visitantes portugueses em 1500, no primeiro contato com a terra e seus habitantes, índios Tupi da tribo Pataxó. Destacam-se as praias, cavernas, baías, penhascos e os muitos rios e riachos, contornados por

coqueirais, manguezais e pela Mata Atlântica. Relaxar é a palavra de ordem para quem chega a este lugar paradisíaco (*ibid*, p. 2, tradução nossa).

Não entra em questão, aqui, a satisfação que esses lugares aprazíveis podem proporcionar aos visitantes. Antes, focaliza-se, nesta análise, como as imagens e o imaginário dos colonizadores na Carta de Caminha e do *marketing* turístico assemelham-se, justamente para valorizar o produto turístico, evocando as mesmas visões hegemônicas e sensações descritas na Carta. Os escritos recentes reforçam o simbolismo do Éden para propagar a região. A Carta de Caminha contém, na verdade, as estruturas da construção das imagens sobre o Brasil e, especificamente, sobre o sul da Bahia. O mesmo olhar estereotipado e generalizante é veiculado pelo *marketing* turístico, sem levar em conta a diversidade e os conflitos sociais que são protagonizados pelos habitantes dessa região. O confronto entre as descrições contemporâneas da região e o texto de Pero Vaz de Caminha mostram, entre outros anacronismos, o fato de as imagens serem reproduzidas sem uma responsabilidade maior pela manutenção das paisagens naturais e, mais, sem atentar para a inclusão social que deveria estar agregada aos serviços da atividade turística. Mesmo dirigida a um público que se pressupõe mais consciente em relação à preservação ambiental, a preocupação com tais problemas não parece evidente, concluindo-se que o imaginário a serviço do turismo promove uma visão distorcida, ou, pelo menos, parcial, dos habitantes da região da Costa do Descobrimento.

### **As imagens da Carta: nacionalidade e turismo**

Era inevitável que as imagens da Carta de Caminha, divulgadas no contexto das comemorações dos seus 500 anos, também servissem a um discurso ideológico nacional, a um ideal particular das elites propalados como comuns a todo o povo. O que não se pôde impedir foi a reação organizada e nada passiva dos grupos sociais marginalizados desse ideal, que manifestaram os conflitos, as contradições e diferenças que estão sob as sombras da

caverna. Nas imagens do Brasil construídas para o turismo, prevalece, em geral, o dualismo histórico de paraíso ou inferno e elas refletem o imaginário da época de Caminha. Especialmente na Bahia, essa mistura exótica dos rituais é abertamente praticada sem que isso constitua uma contradição, vez que o sacro e o profano projetam-se num mesmo imaginário cultural. Sob os lemas de "O que é que a baiana tem", "Você já foi à Bahia?", filmes, cartazes e outras propagandas irão difundir a imagem de um lugar pronto para ser desfrutado e onde sua gente entrega-se aos mais exóticos deleites. A lassidão, a insaciabilidade sexual dos trópicos e as imagens do sexo fácil e barato são, infelizmente, direta ou indiretamente, ainda veiculadas e associadas ao Brasil. Em consequência disso, cria-se a idéia de que tudo no Brasil está perpassado dessa licenciosidade, malícia e permissividade. Difícil é desvincular essas imagens ao apelo sexual através do Brasil recebe destaque como destino turístico.

Atualmente as imagens estereotipadas continuam vendendo um Brasil como país de contrastes e pulverizado, com discursos e imaginário deslocados da realidade, ou seja, a manutenção do paraíso desejável sobrepõe-se, como também a ilusão e a espetacularização da sociedade. Mas as desilusões com a ineficácia das soluções históricas dos problemas sociais dão uma sensação de inseguranças e orfandade. Contudo, impõem-se as imagens sobre um Brasil exótico, assumido até como discurso de alguns brasileiros, como sendo próprio da cultura brasileira e utilizada pelo *marketing* turístico de forma exaustiva. A Costa do Descobrimento assume, por extensão, o discurso nacional e torna-se o ícone de um imaginário representativo, que é explorado nas propagandas turísticas. O exotismo é sacado no sul da Bahia no afã da lucratividade imediata, mantendo o direcionamento dos projetos turísticos de massa, com planejamentos paliativos para resolver problemas urgentes. A Costa do Descobrimento, que desponta com forte tendência para desenvolver o turismo cultural, tem se modificado seriamente em suas tradições culturais. Suas pacatas cidades, dos anos 70, do século XX, transfiguram-se aceleradamente, quadruplicando as hospedagens, dobrando a cada dois anos o número de

turistas, aumentando a população e modificando os integrantes dessa população. Porto Seguro vem assimilando habitantes, temporários e permanentes, de outros Estados e países que compram casas, terras, lojas e empresas e investem em todas as atividades ligadas ao turismo. É possível ouvir, sem muito vagar, várias línguas e sotaques regionais nas ruas de Porto Seguro. Mas isso tem outras implicações:

**No paraíso, porém, nem tudo são flores.** Também existem problemas, dificuldades, mazelas. O turismo trouxe no seu rastro problemas de toda ordem, a partir de crescimento avassalador da população – que dobrou entre 91 e 96 (século XX) em Porto Seguro e Cabrália. Com isso veio a subhabitação, a favela, o crescimento da criminalidade, o agravamento de problemas urbanos comuns aos grandes centros, como abastecimento de água, a carência de esgoto, a precariedade no fornecimento de energia elétrica e muito mais; veio a especulação imobiliária, desfigurando a paisagem tombada, consumindo manguezais, florestas, nascentes de rios e riachos. E aumento dos preços (MARTINS, 2000, p. 46, grifo nosso).

Esses impactos reais e perceptíveis não incluem aqueles sobre a cultura e a identidade, a saber: a agressão às formas de vida comunitária, as tradições invadidas, os mitos descaracterizados, os símbolos vulgarizados, os espaços massificados, enfim, o imaginário deslocado de seus significados para servir ao espetáculo. Especialmente na Costa do Descobrimento, onde é forte o componente cultural, histórico, marcado pelo encontro de culturas que articularam as singularidades da região, a sustentabilidade, necessariamente, passará por políticas de preservação dessas formas culturais. É imprescindível um planejamento, no qual a participação dos habitantes locais seja absolutamente garantida e levada em conta nas decisões finais. A Costa do Descobrimento repleta do imaginário, reconfigurado, da Carta de Caminha, resguarda uma singularidade que pode gerar diversas possibilidades. Não somente para espetáculos de cenas caricaturalmente repetidas, mas para promover a convivência das diferenças e da diversidade cultural que gera estilos de vida imbricados e projeta uma racionalidade alternativa, mas que deve ser ecologicamente sustentável.

Os impactos provocados pela atividade turística agem sobre os receptores e os visitantes (turistas) de forma positiva e/ou negativa. É possível mensurar esses impactos? Na prática, essa resposta é complexa, pois uma gama de aspectos, que vão desde a influência nas artes até o comportamento dos indivíduos e grupos, deve ser levada em consideração. Fora os impactos naturais (na flora e na fauna), os culturais são subjetivos e abrangentes demais para medir-se, além de não estarem presos a um corte de tempo previsível. O aumento da população que frequenta uma região está ligado especificamente ao turismo, e esse aumento rápido promove um ambiente propício a atividades ilegais, como tráfico de drogas, roubo, violência, turismo sexual etc.. Além disso, o aumento também dos acidentes, doenças (as sexualmente transmissíveis), o estresse da competição econômica, aliados às falhas na infra-estrutura, tendem a provocar distúrbios sociais e de valores.

Outros impactos estão na interface do turismo na Costa do Descobrimento e dizem respeito à mercantilização da cultura, das artes, do artesanato, das cerimônias e rituais que se reduzem a uma versão adaptada, fora da sua significação cotidiana para se tornar atração de uma audiência. A capoeira, as danças dos nativos, réplicas do artesanato indígenas estão expostas em cada esquina de Porto Seguro e nas cidades ao seu redor, para comercialização. Essa demanda, diferente da demanda local, tanto enriquece, preserva habilidades, como provoca performances decadentes e descaracterizadas. Tudo está aliado a uma terra em que "se plantando tudo dá": investimento comercial, especulação imobiliária, destruição da Mata Atlântica, escândalos administrativos etc., para ficar no que se observa sem muito vagar. Vendem-se artes, corpos, almas, o imaginário, as tradições (se é que é possível) de uma cultura ainda hoje marginalizada, numa desesperada tentativa de congelar no tempo o modo de ser de um povo dito "puro e inocente", mas que hoje sofre reveses como todas as classes exploradas e expropriadas da região, onde os indígenas circulam vestidos de penas e cocós pela multidão de turistas, insistindo em que se compre seu artesanato, e os "curumins" (crianças) pedem dinheiro, o que provoca um flagrante contraste

com o discurso propalado do espetáculo harmonizador do paraíso. Existe ainda o perigo que representam as constantes incursões de pessoas que pisam sobre os corais e alimentam os animais marinhos que aí vivem. É certamente uma interferência no meio ambiente que não ficará impune. Tem-se notícias também da mudança (não sem protesto dos pescadores) do ponto de encontro dos pescadores de Ponta de Areia para a Praça Visconde de Porto Seguro. A mudança atendia à necessidade do desembarque durante as comemorações dos quinhentos anos, num outro flagrante de interferência nas relações sociais das populações locais, para usar, apenas, um exemplo de baixo impacto.

Os impactos do turismo, no entanto, contêm também seu lado positivo, na medida em que fomentam ações de restauração e preservação das cidades da Costa do Descobrimento, bem como do patrimônio histórico-cultural. Exemplo disso são as ações da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, com projetos como o Museu Casa Colonial, além da promoção de encontros, simpósios e debates sobre questões históricas relevantes. Pode-se citar, ainda, o incentivo à produção científica através mestrado em Cultura e Turismo, da UESC/ UFBA, que pode contribuir para a especialização dos envolvidos nas áreas, além de outros cursos sobre turismo de outras instituições recém-chegadas à região. Dos mais significativos impactos positivos do turismo, não há de se esquecer o incentivo que este gerou e tem gerado na produção de reflexões sobre a formação identitária regional e nacional a partir das ressignificações da cultura local (SIMÕES, 1999), além de estudos e preocupações com a mediação, interpretação e utilização dessas imagens místicas, estéticas, edênicas, eufórica ou contraditórias, que são presentes na trama social dos grupos locais.

É vital garantir que descendentes híbridos dos indígenas, negros e europeus, matrizes formadoras da cultura do sul baiano, afirmem seus espaços identitários sem serem cerceados ou constrangidos. Que estejam abertos a trocas culturais, sim, mas nunca a trocar suas imaginações por roteiros pré-estabelecidos e mercadejados à revelia dos seus protagonistas. Para ser o “paraíso”, é preciso garantir, antes de tudo, a liberdade de ser social e

culturalmente o resultado de escolhas e responsabilidades abraçadas. Isso passa por ousar, imaginar, criar, viver e partilhar com o outro, seu igual, que aprende e ensina, modifica e é modificado. Deve-se garantir as relações entre as culturas que enriquecem e fazem enriquecer o cotidiano sem lhe “afear ou aformosear”, conscientemente, vendo, sentindo, respeitando, amando e preservando o que há de mais precioso nas relações humanas: a vida em toda a sua plenitude.

## **Conclusão**

*Deus quer, o homem sonha, a obra nasce. Deus quis que a terra fosse toda uma, Que o mar unisse, já não separasse. Sagrou-te, e foste desvendando a espuma.*  
Fernando Pessoa

O imaginário do texto da Carta de Caminha está presente, explicitamente ou nas entrelinhas, no modo como o escritor compara, faz analogias sobre os costumes, estética, comportamentos e natureza dos episódios no contato com os nativos. A análise da Carta sobre o que “viu e lhe pareceu”, revelou uma atitude etnocêntrica. Ao observar o comportamento dos nativos, ficou evidenciado o olhar do escrivão, que julgava o povo que estava diante de si, em relação à proximidade ou distanciamento dos seus valores culturais, que reconhece traços de beleza, mas concentra-se nas falhas, admite as diferenças, mas enquanto lacunas a serem reparadas. A simples apropriação anacrônica das mesmas imagens reforça a postura etnocêntrica. Os grupos dominantes, que manipulam os meios de comunicação de massa, propagam imagens que interessam aos seus objetivos explorativos, sem considerar as implicações sociais disso. A terra e seus habitantes são mantidos sob um véu de exotismo que mascara os antagonismos, a fim de se vender um imaginário edênico reprisado caricaturalmente para exploração do turismo de massa.

Na região da Costa do Descobrimento, constata-se, nas atividades turísticas e nas manifestações locais, a apropriação desse imaginário cultural

como produto a ser divulgado e maximizado para deleite dos visitantes. Um projeto turístico mais apurado não pode deixar de fora as implicações que isso pressupõe. Os corpos nus, os cabelos e dentes viçosos, a ingenuidade, a sensualidade, a cordialidade, a alegria hospitaleira, os folguedos desfilam hoje nas propagandas das festas locais, com a mesma visão reducionista e generalizante dos “descobridores”. As diversas imagens da Carta de Caminha que, ainda hoje, marcam o imaginário dessa região, são notadamente hegemônicas. A Terra formosa de Caminha e a “terra da felicidade” da Embratur corroboram o mesmo fim. Os argumentos demonstram a similaridade de objetivos: a possibilidade e disponibilidade dos recursos humanos e naturais para satisfação dos que querem disso se apossar, momentânea ou permanentemente. Por trás dessa frase emblemática, tenta-se esconder todos os desmandos de um Estado em que a “felicidade” social é um ideal distante, quiçá inalcançável. A Bahia, cantada e divulgada, só é acessada por uma diminuta parte dos que podem pagar por isso.

Os discursos publicitários estão nos pacotes, nos catálogos de negócios e no *marketing* oficial das localidades onde o litoral é visto como aliado do desenvolvimento da região. Esses exemplares de estratégia de comunicação objetivam informar e persuadir, com textos, ilustrações, fotos e filmagens, a vinda de turistas e, mais que isso, reforçar a idéia de que o sul da Bahia é mesmo o paraíso descrito desde o século XVI. Assimilado pelo turismo, o imaginário da Carta de Caminha é apropriado com base na sua atitude eufórica; mas, para além disso, sem a responsabilidade com a autenticidade e sustentação do que oferece. Exemplos de história, cultura, belas praias, sol, artes, artesanatos, música, gastronomia não são uma exclusividade do Brasil e, se tudo isso não for acompanhado de infraestrutura adequada, controle de carga, qualificação profissional e qualidade de vida da sociedade, não haverá um destino turístico que se sustente a longo prazo. Ainda se imagina, como os portugueses, que isso aqui é inesgotável, natureza infinda que “em se plantando tudo dá” (na verdade essa expressão é uma paráfrase do que está na Carta que diz: “querendo a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das

águas que tem”). Tudo, sem se cogitar que aquela natureza está sendo depredada e desmatada, juntamente com seus significados, que estão sendo descaracterizados e desrespeitados.

Há necessidade, pois, de uma política de turismo, lazer e entretenimento voltada para o incentivo da cultura, das modalidades autênticas de vida, da restauração dos elementos originais que fazem parte da diversidade histórico-cultural na Costa do Descobrimento. Deve-se resgatar as categorias não apenas das cenas repetidas para uma platéia, mas repensar as relações dos visitantes e habitantes na preservação dos valores culturais, ambientais e humanos. Precisa-se pensar os grupos sociais mais populares da região, reconhecendo-lhes o direito de serem protagonistas com os mesmo direitos de toda a humanidade: o direito ao ócio, ao divertimento e ao lazer, dentre outros necessários à sua condição biológica e de seres humanos.

Por causa do potencial de belezas naturais e história cultural *sui generis*, é natural que se pense no turismo como alternativa ao desenvolvimento da região, mas isso deve ser pensado de forma a garantir sustentabilidade na utilização desse potencial. É consenso que a Costa do Descobrimento tem a vantagem de ser a única região que pode usar a Carta como recurso, porque é o único lugar onde Caminha esteve efetivamente. Entretanto, corre o risco, nos projetos turísticos, de promover flagrante, ainda mais explícito, de uma visão romantizada e alienadora desse imaginário como produto comercializável e expropriado de seus significados culturais. Assim sendo, a região necessita superar as dificuldades para manutenção de um turismo cultural. Isso desenvolve uma tendência de se considerar os bens culturais como valor capital utilizada para observação turística.

Sabe-se que os impactos do turismo podem ocorrer na comunidade receptora de diversas formas, como, por exemplo, mudando hábitos, promovendo a especulação imobiliária, aumentando a produção artesanal, ressignificando o folclore, preservando ou mesmo resgatando modos de vida. O mais significativo, porém, é o impacto cultural, em relação ao imaginário, que provoca até mesmo as ressignificações de identidade. Mas é possível

estabelecer espaços para a crítica equilibrada, a fim de minimizar os equívocos e o maniqueísmo das visões românticas ou fatalistas que se propalam sobre a região sul baiana. É possível, do encontro desses povos, analisar como se manifestou o imaginário dos colonizadores e tentar não ignorar nem mascarar as reais possibilidades que emergiram da forma como se processou esse encontro das culturas que deu origem à sociedade brasileira.

A análise crítica sobre o turismo é hoje uma necessidade de primeira ordem. O saber turístico tem sido produzido por aqueles que estão vinculados, apenas, à produção e venda do turismo, os agentes que se contentam com a produção do lucro através da atividade. Entretanto, a importância da atividade para o mundo contemporâneo revela a necessidade de novos olhares para a construção do saber turístico. Cabe aos produtores dos conhecimentos a respeito da atividade direcionar a atividade turística para muito além da mera maximização dos lucros. Cabe elencar categorias de análise centradas nas discussões referentes às questões sociais, culturais e do meio ambiente; não apenas construindo uma retórica que vise atrair os turistas que viriam em busca do mito do paraíso. Discutir, também, como atrativo, a consciência de que a preservação do *habitat* planetário é essencial e isso constitui uma necessidade imperativa de sobrevivência da humanidade. A Costa do Descobrimento, exemplar de remanescente de Mata Atlântica, tem vantagens sobre outras áreas que já não dispõem desse e de outros recursos, mas com o crescimento desenfreado da especulação imobiliária, corre sério risco de descaracterizar esse diferencial.

Não se pode, então, ignorar a necessidade de projetos que atendam às reais necessidades de mercado, mas a insistência diz respeito à mentalidade que vem se firmando cada vez mais, de que as fronteiras competitivas do turismo se estabelecem na medida em que os lugares otimizam o planejamento de novos espaços que levem em conta o êxito das empresas, mas também a satisfação das populações. Isso implica em mudanças profundas, desde a preparação de uma mentalidade para o turismo

sustentável, tanto no âmbito cultural como no natural, como também para que o turismo seja economicamente viável.

Embora resistente, a ideologia inaugurada por Caminha, que se caracteriza pelo etnocentrismo e hegemonia, tem sido enfraquecida pelo despontar de outras representações, de outras leituras, vozes cada vez mais lúcidas, como por exemplo os movimentos pelo respeito ao direito à cultura e à terra dos indígenas, o movimento das comunidades negras, as organizações não governamentais, a luta pelos direitos humanos, a inclusão e responsabilidade social das empresas que tendem a se maximizar até que produzam as mudanças no âmbito das mentalidades e, por conseguinte, das atividades econômicas e sociais dos locais. É mister aos projetos turísticos um contínuo espírito de vigilância para garantir a preservação do patrimônio cultural e natural, a sustentabilidade em todas as suas implicações, com atendimento aos habitantes locais e às suas demandas. Esses, habitantes e atores sociais de uma história de transformação, têm direito ao máximo de coerência em suas práticas e condições socioeconômicas de sobrevivência, e direito, como todos, a uma melhor qualidade de vida.

Nesse contexto, a pesquisa confirma o problema de que o imaginário na Carta de Caminha interfere hoje na mentalidade e identidade cultural dos grupos locais e, em especial, é utilizado de forma hegemônica pelas propagandas turísticas realizadas na Costa do Descobrimento. Não se considera a diversidade das visões dos grupos populares locais, suas diferenças e conflitos sociais, suas lutas por melhores condições de vida e as tramas que se escondem em uma região expropriada a quem, por longos anos, foi negada uma inserção social efetiva e digna da sua historicidade.

Esse breve exercício quer se propor, por suas análises, a fazer pensar o desenvolvimento de políticas de planejamento e estratégias que considerem um turismo sustentável que passe pela valorização e preservação da cultura local e promova, com um mínimo de impacto, as ações culturais no sul da Bahia. Espera-se que os envolvidos optem por procedimentos e projetos de parcerias com empresas e órgãos oficiais, que administrem, juntamente com

os moradores locais, a sustentabilidade, o fluxo de turistas ao lugar considerado o berço do Brasil. Pois, querendo-se ou não, o imaginário continuará a fazer parte da vida de quaisquer grupos sociais. O imaginário não possui identidade isolada, se constrói a partir do cotidiano, das mudanças e permanências sociais dos povos e culturas. Alimenta sua existência tomando a matéria das relações sociais, em todos os níveis dos processos humanos, ressignificando constantemente seus símbolos, imagens e representações mentais através do tempo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fausto Rodrigues. Descubra Porto Seguro: "Terra Mater do Brasil". Realização F.R. Comunicação e Publicidade Ltda. Edição do Milênio. Porto Seguro - Ba: 2001. 1 CD- ROM.
- CALMON, Pedro. A Carta de Caminha. In: A NOITE. Rio de Janeiro: 1942.
- GARCIA CANCLINI, Nestor. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Ana Regina Lessa, Heloisa Pezza Cintrão. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- PEREIRA, Paulo Roberto (org.). Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Larceda, 1999
- CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Trad. Guy Reynaud. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- COBRA, Marcos. Plano Estratégico de Marketing. São Paulo: Atlas. 1991.
- DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- ELIADE, Mircea, Imagens e Símbolos: ensaios sobre simbolismos mágico-religiosos. Trad. Sonia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- EMBRATUR. Revista Bahia, Land of Happiness. . Salvador, 1997
- GUATTARI, Felix. As Três Ecologias. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2001.
- HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Lauro. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1999.
- LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. (org). Turismo: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- LE GOFF, Jacques (dir.) A História Nova, Trad. Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. Jacques. As Mentalidades – uma história ambígua. In: LE GOFF Jacques; NORA Pierre. História: novos objetos. Trad. de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

- LUCAS, Sonia Maria de Mattos. Turismo cultural no Vale do Paraíba: uma experiência histórica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL 2. Anais... Piracicaba, 2000.
- Turismo: novo caminho no espaço rural brasileiro. Piracicaba: Oliveira, Moura e Sgai. 2000.
- MARTINS, Roberto. 500 Anos do Brasil: Redescoberta de Porto Seguro: Porto Seguro ontem e hoje. Porto seguro: Ed. Edmar C. Costa, 2000.
- NORA Pierre; LE GOFF Jacques. História: novos problemas. Trad. de Theo Santiago 4. ed. F. Alves, Rio de Janeiro, 1995.
- PATLAGEAN, Evelyne, A História do Imaginário. In: A História Nova, LE GOFF, Jacques (dir.) Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- PEREIRA, Paulo Roberto (org.). Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Larceda, 1999.
- PESAVENTO, Sandra. Imaginando o Imaginário. Revista da ANPHU. São Paulo: Marco Zero, 1997.
- PORTO SEGURO SOL. BAHIATURSA. Ba. Ano I. n. 01, Porto Seguro - Bahia - Brasil. 1996. (guia de Informação Turística).
- PORTO SEGURO E SANTA CRUZ DE CABRÁLIA . Produção Tom Alencar. MT Vídeo Produções. Porto Seguro - Ba. [s.d]. 1 videocassete (30 mim), VHS. Son., color. (adquirido em 2003).
- SIMÕES, Henrique Campos. As Cartas do Brasil. Ilhéus: Editus, 1999.
- SWARBROOKE, John. Turismo Sustentável: turismo cultural, ecossistema e ética. Trad. Saulo Krieger. Vol. 05. São Paulo: Aleph, 2000.
- TERRITÓRIO BRASILIS. Arraial d' Ajuda: Visite o presente e o passado. Folder... Apoio do Ministério da Cultura, e dos Correios e IPHAN (com tradução para o inglês e espanhol). Porto Seguro. [s.d].
- TERRITÓRIO BRASILIS. Museu Aberto do Descobrimento: Visite o presente e o passado. Folder... Apoio do Ministério da Cultura, e dos Correios e IPHAN (com tradução para o inglês e espanhol). Porto Seguro. [s.d].
- THOMPSON, Edward P. Costumes em Comum. Trad. Rosana Eichemberg. São Paulo. Companhia das Letras. 1998.
- TODOROV, Tzvetan. Carta a Santagel fev./março de 1493. In: A Conquista da América: a questão do outro. Trad. Beatriz Perrone Moisés. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- TRINDADE, Liana Sálvia, François Laplantine. O que é o imaginário. São Paulo. Brasiliense, 1997. (Coleção Primeiros Passos, n. 309).
- VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion (org.) Domínios da História: ensaios de teorias e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil antes da sua separação de Portugal. Comentários de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Tomo I, 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

## **BIBLIOGRAFIA**

- BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Trad. Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

- BIGNAMI, Rosana. *A Imagem do Brasil no Turismo: construções, desafio e vantagens competitivas*. São Paulo: ALEPH, 2002.
- COOPER, Chris et al. *Turismo, Princípios e Prática*. Trad. Roberto Calado Costa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- CUNHA, Eneida. Ainda a Carta de Pero Vaz de Caminha. In: *QUINTO IMPÉRIO*, n. 04, p. 11- 20. Salvador: UFBA, 1995.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz, (1576)*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil. [s.d].
- MAROTTA, Cláudia Otoni de Almeida. *O Que é História das Mentalidades*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. (Coleção: Primeiros Passos)
- \_\_\_\_\_. Henrique Campos. atualização e notas da Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil In: *REVISTA FESPI Anais do Seminário: Leituras da Carta de Pero Vaz de Caminha. (Edição Especial)* Ilhéus: Editus, 1996.
- SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. A Carta de Caminha História ou Ficção? In: *REVISTA FESPI, Anais do Seminário: Leituras da Carta de Pero Vaz de Caminha. Edição Especial. Ilhéus - UESC: Editus, 1996.*
- \_\_\_\_\_. Maria de Lourdes Netto, *Turismo Cultural e Sustentabilidade: exemplo da região do sul do estado da Bahia, Brasil. Ciudad Virtual de Antropologia x Arqueologia*. Disponível em: <[www. antropologia.com.Br](http://www.antropologia.com.Br)>. Equipe Naya/ 1999 – 2001. Acesso em: 10/10/2001.
- VOVELLE, Michel. *Imagens e Imaginário na História – fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. Trad. Maria Julia Goldwasser São Paulo: Ática, 1997.

Artigo recebido em fevereiro de 2010.

Aprovado para publicação em fevereiro de 2010.